

FORMAÇÃO DO ECONOMISTA X MERCADO DE TRABALHO

MARLA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO*

Recentemente foi instituída junto à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas uma Comissão responsável pela análise do atual currículo.

Compondo essa Comissão sentimos a necessidade de escrever este artigo. Inicialmente, por acreditarmos que não existe currículo acabado, imutável, pronto. Acreditar nessa eternidade seria negar que o mundo se move e se desenvolve permanentemente e que o desaparecimento do velho e o nascimento do novo constituem uma lei do desenvolvimento da sociedade.

Segundo, por considerarmos que a discussão que perpassa hoje nos corredores da UFPI de que existe uma predominância de disciplinas teóricas sobre as disciplinas práticas e que o currículo não prepara estudantes para o mercado de trabalho, além de falsa, na realidade, camufla o verdadeiro debate que professores, estudantes, profissionais e entidades de economistas devem desenvolver com o objetivo de deixar claro qual a formação, identidade e função do economista na sociedade.

Propor formar profissionais, apenas, para o mercado de trabalho, como defendem alguns colegas nos parece um equívoco, pois levaria a necessidade de se elaborar currículos conjunturais o que é absolutamente antiacadêmico.

Esse fato se agrava quando vemos que a nova ordem internacional em implantação se caracteriza, por um lado, pelo crescente processo de hegemonização do Projeto Neoliberal, balizado no desmonte do Estado, redundando na privatização indiscriminada de empresas estatais, trazendo graves conseqüências para o patrimônio público. Podemos ilustrar essa constatação através de um trecho do excelente artigo publicado no órgão informativo do CORECON - PI, ano II, nº 45, junho 96 "O Governo propõe trocar patrimônio por divisas, prometendo à população recuperar o equilíbrio financeiro do setor público. Mas, não é isso que faz. Quando o programa começou, a dívida mobiliária do governo era de 55 bilhões de dólares, e hoje ela ultrapassa os 100 bilhões. Privatizamos todo o segmento siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes por cerca de 9 bilhões e a dívida, só no período pós Real foi aumentada em mais de 50 bilhões...".

Por outro lado, está em curso uma reestruturação produtiva do capitalismo, resultante da revolução científica e tecnológica. Brotam dessa transformação novas tecnologias, como a informática,

a robótica, a automação etc... acelerando o chamado "desemprego estrutural", com a extinção em massa de postos de trabalho.

Uma vez que não há possibilidades concretas de se extinguir o "posto" do economista, preparar profissionais, apenas para o mercado de trabalho conjuntural - técnicos, numa realidade de profunda crise de emprego e na qual as técnicas são rapidamente substituídas, decorrentes das inovações tecnológicas, não seria, de antemão, formar desempregados?

Por isso, esse chamamento para a reflexão sobre o currículo de economia. E, a justificamos na crença de que a busca da identidade do economista, passa necessariamente pelo entendimento de sua função no contexto da sociedade capitalista. Função essa, que a nosso ver se consubstancia na condição para analisar, interpretar e propor mudanças na sociedade na qual está inserido.

Essa crença está em sintonia com os princípios norteadores do atual currículo, contidos na Resolução nº 11 do Conselho Federal de Educação de 1984, os quais são:

1 - O Curso de Ciências Econômicas deve ser um todo articulado, preservando o caráter plural de forma a proporcionar ao estudante a informação e as críticas das várias propostas de interpretação da realidade enquanto objeto de pesquisa científica e enquanto ação;

2 - O curso deve estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, social, política e econômica, supondo uma sólida formação teórica, histórica e metodológica;

3 - O curso deve transmitir ao estudante boa cultura geral, adequada formação técnica, espírito de pesquisa, capacidade de raciocínio lógico e analítico e capacidade de expressão oral e escrita.

Em conformidade com esses princípios, concordamos que o atual currículo de economia carece de modificações. Contudo, o debate não deve e não pode se concentrar na pseudo dicotomia técnica - ciência ou como é comumente chamada teoria e prática. Balizar a discussão nesse paradigma, no nosso entendimento, é desconhecer a prática de pesquisa e difusão do conhecimento, como parte integrante do mercado de trabalho.

A defesa dessa visão, na realidade, significa, analisar o mundo de forma pragmática, sustentada na recusa da teoria sob o pretexto do lema de que "na prática a teoria é outra", presumindo que a prática é possuidora de uma teoria espontânea e que o processo de conhecimento se completa na dialética do se "aprende fazendo".

Essa posição leva, por um lado, a priorização de disciplinas de caráter operativo, mais facilmente entendidas do que as disciplinas de caráter teórico, levando por outro lado, a uma maior especialização por parte dos alunos, o que poderia proporcionar-lhes melhores condições de aceitabilidade no mercado de trabalho. Essa visão, na realidade, está associada a uma estratégia oportunista

de que a especialização implica necessariamente em simplificação do conteúdo das tarefas realizadas e, portanto, na desqualificação do trabalho.

Concordar com essa proposição, é concordar também que cabe à Universidade ser um mero instrumento de simulação de situação profissional no mercado de trabalho. Entrementes, nosso entendimento sobre a função da Universidade é muito mais ampla. Para nós, a Universidade se constitui em um locus privilegiado da produção, reprodução e disseminação do saber, da ciência e tecnologia.

Compreendemos que essa falsa dicotomia não possui nenhuma correspondência com qualquer oposição teoria-prática, na medida em que entendemos que o domínio da técnica pressupõe o conhecimento teórico e que a produção científica tem no seu instrumental técnico em elemento integrado ao seu registro de investigação, fazendo parte, portanto, de seu princípio da realidade.

Ao lado da necessária discussão ampla e profunda sobre o currículo, tem-se que debater também a metodologia de ensino. A exigência desse debate urge derivado do professor de economia em geral não receber nenhuma formação pedagógica. O mesmo possui o conhecimento das Ciências Econômicas condição necessária, mas não suficiente, para se tornar professor-educador.

Essa situação aumenta a responsabilidade do corpo docente, que deve propor soluções que possibilitem melhoria substancial no processo de ensino - aprendizagem. O professor deve criar condições para que o aluno possa desenvolver a capacidade própria de estudar, de aprender a aprender, de pensar, de refletir e de raciocinar sobre e a partir do assunto em pauta, para que o mesmo tenha condições de relacionar os aspectos teóricos - conceituais com a realidade social.

Portanto, colegas de comissão, professores, estudantes, profissionais e entidades de economistas, nós temos grandes desafios a enfrentar se realmente pretendemos um ensino de economia que contribua para a formação de um profissional dinâmico, capaz de articular o conhecimento com as transformações exigidas pela sociedade e de estabelecer seu compromisso com a solução dos problemas da maioria da população brasileira. Esses se constituem nos pontos básicos iniciais que gostaria de expor para reflexão sobre o atual currículo de economia. ■

MARLA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO é professora de Economia da UFPI e Mestre em Economia Rural pela UFPB.